

Estilos de vida, interacciones sociales y desarrollo humano

Conferencistas
invitados:

Adela Cortina
Universidad de Valencia

Jay Drydyk
Universidad de Carleton

Ori Heffetz
Universidad de Cornell

David Crocker
Universidad de Maryland

VI CONFERENCIA DE ALCADECA

Asociación Latinoamericana y del Caribe para el Estudio de las Capacidades Humanas
Organizada por el grupo Ética, Justicia y Economía de la Universidad de la República

30 de mayo al 1º de junio de 2016, Montevideo
Facultad de Ciencias Económicas y de Administración – Av. Gonzalo Ramírez 1926



Información disponible en www.iecon.ccee.edu.uy / Consultas: alcaECA2016@iecon.ccee.edu.uy

INFRAESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA (BRASIL) E O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS

*Fernanda Calasans Costa Lacerda Pessoti
Kamile Ferreira Araújo*

RESUMO

O presente trabalho apresenta o atendimento das necessidades básicas nos municípios baianos, tomando como fundamento a Abordagem das Necessidades Básicas. Trata-se de uma vertente que considera fatores além da insuficiência de renda ao avaliar os níveis de pobreza em uma dada sociedade, levando em conta as privações sociais que influenciam a capacidade de participação social do indivíduo. A análise lança mão de informações administrativas coletadas do DATASUS e INEP/MEC, referentes ao ano de 2010. O objetivo deste estudo é expor um diagnóstico das condições do atendimento oferecido à população dos 417 municípios da Bahia e, posteriormente, investigar os resultados encontrados, observando o papel desempenhado pelas ações públicas para suprir as necessidades dos baianos, como também fatores que viriam a limitar esse atendimento. A análise desenvolvida é quali-quantitativa e comprova que o atendimento das necessidades vinculadas à educação e saúde no estado da Bahia é insatisfatório.

Palavras-chave: Pobreza Multidimensional. Infraestrutura Social. Necessidades Básicas. Municípios Baianos.

1. INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno complexo que pode ser definido, destaca Rocha (2003), como o atendimento não adequado das necessidades do indivíduo. Trata-se de um evento recorrente, identificado em qualquer período da história. Em virtude da sua grande abrangência e do caráter multifacetado dos seus impactos, é necessária uma análise contínua acerca desta problemática, bem como a elaboração de ações que mitiguem os seus efeitos, visto que a sua incidência tem se mostrado cada vez mais alarmante.

A mensuração da pobreza apresenta, historicamente, um viés utilitarista, que toma por base a variável renda, sendo esta uma *proxy* de bem-estar do indivíduo. Trata-se de uma interpretação unidimensional que passou a ser questionada a partir da década de 1950, dando espaço para a emergência da análise da pobreza pela ótica multidimensional que, por sua vez, não se restringe ao aspecto monetário. Esse novo enfoque vincula-se às necessidades humanas básicas, retomando carências mais amplas como educação, saneamento, moradia e etc., bem como as imateriais, nas quais se enquadra a participação ativa do indivíduo em sociedade. Dentro dessa nova interpretação, destaca-se a Abordagem das Necessidades Básicas que será trabalhada ao longo desta pesquisa.

Doyal e Gough (1991), principais representantes dessa abordagem, ressaltam que a satisfação adequada das necessidades básicas é fundamental para o desenvolvimento de uma vida íntegra, acarretando sérios prejuízos à atuação social e física dos homens,

caso ocorra o contrário. Nota-se que a renda não é o aspecto primordial. De acordo com Lacerda (2009), a qualificação da pobreza nessa abordagem sobrepõe a sua quantificação. Desse modo, ao critério da renda deve ser somada a satisfação adequada das demais necessidades básicas.

Trazendo a discussão para um contexto mais próximo, destaca-se a trajetória econômica brasileira, inserida em um processo de desenvolvimento que desencadeou uma acentuada disparidade regional, evidenciada pelos níveis consideráveis de pobreza e desigualdade em determinadas áreas do país. As atividades produtivas de cada região evoluíram em consonância com seus respectivos recursos intensivos e essa conjuntura contribuiu para a acentuação da pobreza na região Nordeste, que não teve o seu desenvolvimento devidamente estimulado, e, mais especificamente, no estado da Bahia que, uma vez comparado ao contexto vivenciado pelos estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, tem a sua economia reconhecida, de imediato, como historicamente atrasada.

A economia baiana foi acometida por um dinamismo complexo, refletido em momentos de altos e baixos, bem como em problemas sociais severos. Este retrato se justifica no modelo de desenvolvimento adotado pelos governantes tanto a nível nacional, como estadual que, preocupados com a diversificação da estrutura produtiva, esforçaram-se em promover investimentos em diferentes segmentos da indústria baiana. Contudo, como levantado por Pessoti e Sampaio (2009), a maior parte dessas inversões ocorreu em um determinado recorte do estado, a Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Em sendo assim, presume-se que a inclusão de variáveis referentes aos aspectos de caráter social, e não apenas fatores vinculados ao rendimento monetário, faz-se necessária para o desenvolvimento de análises mais completas sobre a real situação de pobreza no contexto observado. Considerando que a grande maioria das abordagens preocupou-se, historicamente, com questões quantitativas, o combate a esse problema esteve, na maior parte do tempo, ligado a políticas de transferência de renda. Porém, a evolução da análise para o viés multidimensional, instigará novas estratégias que busquem a minimização da pobreza. Dessa forma, reconhecendo a importância da teoria das Necessidades Básicas e o seu amplo foco de abrangência, o presente trabalho objetiva realizar uma análise acerca das condições do atendimento fornecido aos baianos, no que concerne às necessidades básicas, no ano de 2010.

2. A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO COM BASE NA ABORDAGEM DAS NECESSIDADES BÁSICAS

A abordagem das necessidades básicas (ABN), também conhecida como “*Basic Needs*”, surgiu em meados do século XX como um contraponto ao que era pregado pela análise unidimensional da pobreza, na qual a renda era tida como foco principal a ser atingindo e representação do status social e econômico do indivíduo. De acordo com essa ótica, a promoção do desenvolvimento e progresso social decorre do incentivo ao crescimento econômico, em termos monetários. Alternativamente, a ABN defende que a

devida satisfação das necessidades básicas é essencial para que ocorram desenvolvimento, crescimento econômico e geração de renda. Como dito por Stewart (2006, p.17 apud LACERDA, 2009, p. 49) acerca dessa teoria:

A abordagem das necessidades básicas não tem a intenção de substituir o crescimento econômico e sim de suplementá-lo, pois considera que este é essencial para geração de renda para as populações pobres e de receitas públicas que assegurem a oferta dos bens e serviços públicos.

Bagolin e Ávila (2006) destacam que a teoria em questão reúne argumentos desenvolvidos por pensadores como Hegel, Kant e Marx e a sua consolidação é fruto de contribuições dos diversos campos do pensamento acadêmico. A década de 1950 foi palco de origem dessa teoria. O auge do estudo ocorreu na década de 1970, quando passou a ser utilizado para a formulação de políticas de desenvolvimento, ajustando a falha concepção acerca do crescimento econômico como único mecanismo utilizado para a mitigação da pobreza nos países em desenvolvimento. Como pode ser visto a seguir:

As políticas implantadas nos países pobres ou em desenvolvimento no período pós-Segunda Guerra elevaram, em sua maioria, as taxas de crescimento econômico desses países, mas não tiveram o mesmo efeito do ponto de vista distributivo e nem foram capazes de reduzir a pobreza. Como resultado, ocorreu uma expansão no número absoluto de pessoas pobres, aumento do desemprego e concentração de renda. (SILVA; LACERDA; NEDER, 2011, p. 515).

Reconhece-se a relevância da renda para o alcance de um nível de vida melhor. No entanto, não ocorrendo investimento nas demais áreas, de modo a elevar o alcance dos bens e serviços básicos para a sociedade, concomitante à introdução de renda, que por muitas vezes acaba sendo consequência das melhorias em questão, a tendência é que ocorra um crescimento apenas aparente, visto que a sociedade permanecerá com a sua qualidade de vida comprometida.

O termo necessidades básicas vincula-se às necessidades atreladas à sobrevivência física do indivíduo. A definição de necessidades humanas básicas retoma as necessidades mais amplas como educação, saneamento, moradia e etc., bem como as imateriais, nas quais se engloba a participação ativa em sociedade. Vale ressaltar que o fato de ser ou não uma necessidade básica, dependerá do contexto considerado. Rocha (2003, p. 27) afirma que:

[...] o estabelecimento do que seja pobreza e necessidades básicas é necessariamente diferente em áreas rurais e urbanas, também o sendo entre áreas urbanas conforme o grau de urbanização. Necessidades e grau de esforço exigido para atendê-las variam segundo condições climáticas e socioeconômicas de acesso à terra e a outros recursos naturais. Características demográficas diversas, como a distribuição da população por idade, implicam diferentes necessidades e visões sociais distintas do que seja a pobreza.

Os conflitos governamentais e de planejamento, posteriores à Segunda Guerra Mundial, que tiveram os países em desenvolvimento como palco principal, desencadearam uma situação visivelmente atribulada quanto à assistência social por parte do Estado, tanto no que diz respeito ao alcance, como na qualidade dos bens e serviços oferecidos. As ações de seguridade social se fizeram presentes tanto nos países desenvolvidos, quanto nos demais. Stewart (1989) sublinha que a falha do sistema econômico e social mediante o alcance das condições de vida básicas para a população do terceiro mundo, em se tratando do acesso universal aos bens sociais e econômicos básicos, bem como aos serviços essenciais, levou ao reconhecimento generalizado das necessidades básicas como uma prioridade.

Nota-se que a renda não é o aspecto primordial considerado. De acordo com Lacerda (2009), a qualificação da pobreza nessa abordagem sobrepõe a sua quantificação. Ao critério da renda deve ser somada a satisfação adequada das demais necessidades básicas, dentre as quais se enquadram saúde, educação, moradia, saneamento e etc. Diante das evidências, é possível afirmar que essa abordagem ressalta a importância da multidimensionalidade do estudo da pobreza, uma vez que o crescimento econômico é importante para a sua mitigação, entretanto, não apresenta efeitos incisivos sobre a desigualdade, fato que ocorre quando as ações monetárias associam-se às políticas sociais e redistributivas.

Ressalta-se que além da dignidade das condições físicas e monetárias de sobrevivência, a questão do papel social ativo do indivíduo, enquadrada como uma necessidade imaterial é significativamente priorizada nessa teoria. Nesse sentido, é importante ter em mente a divergência entre necessidades básicas, não básicas e preferências. Como dito por Doyal e Gough (1991), a principal distinção entre esses termos consiste na ocorrência dos prejuízos mencionados, para o caso da ausência da sua satisfação. As necessidades não básicas e preferências, quando não atendidas devidamente, podem até desencadear implicações negativas na esfera psicológica ou física, por exemplo. No entanto, não compromete a capacidade de agência do indivíduo, como acontece no primeiro caso. Como já definido pela teoria, a partir do momento que o indivíduo é impedido de usufruir bens e serviços sociais básicos, incluídos na definição de necessidades básicas, ele é acometido pela incapacidade de desenvolver-se como cidadão ativo.

A vida plena, considerada como uma vida satisfatória consiste no objetivo de vida a ser cumprido de acordo com a abordagem das necessidades básicas, segundo as considerações de Stewart (1989). Assim, o acesso aos bens e serviços básicos, que viria a ser o cumprimento das necessidades básicas, consiste no instrumental utilizado para que o status de vida plena seja alcançado, de modo a mitigar as condições de pobreza. Os quesitos a serem satisfeitos, apresentados ainda em Stewart (1989), para que um nível de vida plena seja atingido compõem uma “função de metaprodução”, que inclui elementos tais como: alimentação, saúde, educação, moradia e acesso à água potável.

Diante desses comentários, pode-se afirmar, em concordância com Lacerda (2009), que essa abordagem tem muito a acrescentar aos estudos da pobreza, por introduzir o aspecto multidimensional, uma vez que a linha de pobreza relacionada à

renda, por si só, não identifica com precisão, a condição efetiva do indivíduo, o que é realizado de maneira mais precisa, quando consideradas as demais privações.

3. A POLÍTICA SOCIAL COMO MECANISMO DE ATENDIMENTO

O conceito de necessidades humanas básicas está intimamente ligado aos direitos humanos e às políticas sociais, além de servir como base para a formulação destas. Como dito por Silva (2009), de acordo com esta vertente, o desenvolvimento de uma vida íntegra ocorrerá somente quando as necessidades fundamentais forem atendidas. A satisfação dessas necessidades universais deve ser garantida pela ação das políticas públicas. Acerca disso, Stewart afirma que:

Desta forma, argumenta-se que os pobres não precisam apenas de renda, mas de bens e serviços básicos. Recursos monetários podem não ser suficientes para assegurar uma oferta adequada de bens e serviços, porque elementos centrais como serviços de saúde, educação e oferta de boa água dependem da provisão pública e não apenas de renda privada (STEWART, 2006 apud SILVA; LACERDA; NEDER, 2011, p.515-516).

Em meio a essa discussão, levanta-se a questão da provisão social, da qual é supostamente esperada a satisfação dessas necessidades. Para Pereira (2006), a provisão não deve ser um instrumento de reprodução da pobreza, mas um incentivo ao desenvolvimento humano. Nesse sentido, enquadra-se a atuação da política social que consiste em programas e medidas que proporcionam o exercício dos direitos sociais, visando incentivar o desenvolvimento humano não apenas no aspecto monetário, mas atendendo as necessidades básicas não proporcionadas de maneira completa pelo sistema capitalista. Essa constatação pode ser relacionada à seguinte afirmação: “[...] *social policy is seen to be beneficent, redistributive and concerned with economic as well as non-economic objectives*”, (TITMUSS, 1974, p. 145)¹.

A política social é o instrumento por meio do qual o Estado executa a proteção social. Marshall (1965 apud TITMUSS, 1974) concorda com essa ótica de análise, como pode ser comprovado por sua fala a seguir, a respeito do termo em questão:

"Social Policy" is not a technical term with an exact meaning... it is taken to refer to the policy of governments with regard to action having a direct impact on the welfare of the citizens, by providing them with services or income. The central core consists, therefore, of social insurance, public (or national) assistance, the health and welfare services, housing policy. (MARSHALL, 1965 apud TITMUSS, 1974, P.145).²

¹ “[...] política social é vista como benéfica, redistributiva e preocupada com objetivos econômicos bem como não econômicos”. (TRADUÇÃO NOSSA)

² “Política social não é um termo técnico com um significado exato ele é tomado para se referir à política dos governos em relação a medidas que tenham um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, proporcionando-lhes serviços ou renda. O núcleo central consiste, portanto, de seguro social, pública (ou nacional) assistência, os serviços de saúde e de bem-estar, a política habitacional”. (TRADUÇÃO NOSSA).

Pereira (2008) partilha de ideia semelhante, ao levantar a seguinte conceituação acerca da temática:

refere-se à política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios da justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos (PEREIRA, 2008, p.173).

Objetivando sintetizar a definição de política social, para melhor compreensão do termo durante o presente estudo, pode-se inferir, com base nas fontes supramencionadas que a política social é a ação desempenhada pelo aparelho governamental, para suprir necessidades básicas da população, que o sistema privado, de modo isolado, não consegue suprir. Em tese, o foco da política social viria a ser a garantia do bem-estar social, uma vez que este está estritamente vinculado às necessidades humanas básicas.

A partir do século XIV foi instituída a Lei dos Pobres. Conforme Pereira (2008), essa medida consistia em regulações, sob a responsabilidade do aparelho estatal, que visavam conter a perambulação de pessoas ou a chamada “vagabundagem”. Para o caso de “vagabundos inválidos” era concedido um auxílio mínimo. É interessante chamar atenção neste ponto, pelo fato de esta ação ser considerada, com base na mesma autora, o ponto de origem da assistência social institucional. O Estado assumiu esse papel ao se dar conta de que a caridade cristã, até então responsável pelos pobres, não detinha estrutura para lidar com possíveis eventualidades decorrentes de desarranjos sociais característicos da transição da ordem feudal para o sistema capitalista, a exemplo de miséria, desabrigos e epidemias, como dito ainda pela mesma autora.

Despontaram em seguida as *poor houses*, que viriam a ser alojamentos destinados aos capazes, bem como incapazes para o trabalho. Uma vez instalados, os incapazes deveriam trabalhar para manter a própria subsistência. Entretanto, a tentativa foi falha, por não conter efetivamente a “vagabundagem”, circunstância que deu espaço a uma nova lei a *Poor Law Act*. Essa nova medida procurou gerenciar a classe necessitada, classificando os indivíduos de acordo com suas condições.

Nesse contexto, emergiram ideias contrárias ao protecionismo social. Thomas Malthus (1982) asseverou que a ajuda direta aos pobres desencadearia casamentos inconsequentes, incitando o crescimento populacional descontrolado. Outro teórico, Ricardo (1982), pregava a ideia de que as ajudas sociais afastariam os investimentos que atuariam no aumento do nível de empregos. Disseminadas essas ideias, a alternativa encontrada, sob a influência dessas teorias, foi a construção da Nova Lei dos Pobres, uma reforma que se pautou nos ideais *laissezfairianos*, ou seja, os ideais liberais.

De acordo com a nova lei, era proibido ajudar aos pobres saudáveis em suas próprias casas, todos os que pedissem ajuda deveriam morar nas *workhouses*. As condições de vida nestes locais eram bastante degradantes para desencorajar os pobres a pedir ajuda em suas paróquias. (CORRÊA, 2011, p.71)

Com o tempo, a Lei de 1834 mostrou-se desvantajosa para a sociedade, principalmente por não levar em conta o contexto em que se vivia. O século XIX, marcado por transformações e constantes oscilações econômicas, apresentou-se nesse momento como o recorte temporal determinante para o entendimento da institucionalização da política social. Como sublinhado por Pereira (2008), esse período foi palco de mudanças, em âmbito mundial, que trouxeram à tona a questão social e o atendimento direto à população, por parte do Estado, fornecendo as bases para o aprimoramento das políticas sociais e também para a política do *Welfare State*.

O *Welfare State* surge em meados do século XX. Esse sistema teve como cenário a Grande Depressão ocorrida na década de 1930, período entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial. A acentuada crise do período em questão “consolidou a convicção sobre a necessidade de regulação estatal para seu enfrentamento”, como afirmado por Boschetti e Behring (2011, p.91). Nesse contexto, fez-se necessária a contribuição estatal a partir do atendimento direto das necessidades da população, no que diz respeito aos mais variados aspectos além da renda, a exemplo de saúde, educação e alojamento.

De acordo com Draibe (1989), o Estado de Bem-estar é um agrupamento de ações que abarcam seguridade social, associada à parte monetária (previdência e assistência social), e as necessidades relacionadas à saúde, educação, moradia e alimentação. Para uma melhor compreensão acerca dessa prática, é interessante destacar as diversas elucidações, levantadas em diferentes recortes temporais. Wilenski (1985, p. XIII apud DRAIBE, 1989, p.18) define a prática *Welfare* da seguinte forma:

A essência do *Welfare State* é um padrão mínimo – garantido pelo Estado – de renda, alimentação, saúde, alojamento e instrução, assegurado a qualquer cidadão como um direito político e não como beneficência.

Para os marxistas, “o *Welfare State* é um produto inevitável do modo de produção capitalista. A acumulação de capital cria condições que forçam a reforma social (O’Connor, 1973)” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.92). Mais recentemente, Medeiros (2001, p.6) define essa política como “a mobilização em larga escala do aparelho de Estado em uma sociedade capitalista, a fim de executar medidas orientadas diretamente ao bem-estar de sua população”.

Com base nas definições supramencionadas, é possível definir o *Welfare State* como uma medida de intervenção e auxílio à população, na qual o Estado passou a atuar de maneira direta, contribuindo para o bem estar da sociedade, fornecendo as bases de sustentação e atendendo às necessidades básicas, em meio a um contexto de reformas socioeconômicas que, por sua vez implicaram carências à população. Em adendo, vale ressaltar que a partir do *Welfare*, a política social se tornou um meio de alcançar os direitos sociais e multiplicá-los, visto que se firmaram forças sindicais e o Estado prezou pela cidadania.

As reflexões precedentes acerca do histórico da política social permitem a compreensão das distinções entre o *Welfare State*, que representa uma instituição intrínseca a um momento histórico sujeito a tais comprometimentos, e a política social, enxergada como um conceito genérico, presente em diferentes contextos e marcado pela

sua atemporalidade. Contudo, o fato de apresentarem pontos de inflexão não exclui a possibilidade de influência mútua dessas duas ações. Foi possível observar que a emergência do *Welfare* marcou a transformação no rumo da política social.

Compreendido o conceito e o objetivo, faz-se necessário apreender o modo de execução de tais políticas. Segundo Fleury (1986), a atuação desse mecanismo, a depender do contexto em debate, pode assumir três modalidades diferentes, são elas: assistência social, seguro social e estado de bem-estar social. A assistência social atua de forma a reconhecer uma necessidade, a partir de atestados e outras comprovações por parte da família carente e a busca pelo seu atendimento. O recorte do artigo 1º da lei brasileira nº 8.742, de sete de dezembro de 1993, também chamada de LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social prevê que:

Assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 1).

Como apresentado por esse conceito, os termos provisão mínima e necessidades básicas acabam se tornando, erroneamente, equivalentes. Dessa forma, a discussão acerca dos termos “mínimo” e “básico” é significativa na compreensão adequada do atendimento das necessidades básicas. Enquanto a ideia de mínimo sugere uma conotação de “menor”, identificado por Pereira (2006) como patamar de satisfação de necessidades que beira a desproteção social, a ideia de básico está associada a algo fundamental e indispensável, que viriam a ser condições prévias suficientes para o exercício da cidadania em acepção mais larga (PEREIRA, 2006, p.26). A distinção desses termos assegura que “enquanto o mínimo nega o ótimo de atendimento, o básico é a mola mestra que impulsiona a satisfação básica de necessidades em direção ao ótimo” (PEREIRA, 2006, p.27).

A segunda modalidade mencionada, o seguro social, está vinculada à classe trabalhadora. É um benefício atrelado à contribuição e não tem relação com necessidades específicas, é consequência do cumprimento de um contrato de trabalho. Como reforçado por Fleury:

A organização altamente fragmentada dos seguros expressa a concepção dos benefícios como privilégios diferenciados de cada categoria, como resultado de sua capacidade de pressão sobre o governo. Como os direitos sociais estão condicionados à inserção dos indivíduos na estrutura produtiva, Wanderley G. dos Santos (1979) denominou a relação como de cidadania regulada pela condição de trabalho. (FLEURY, 2008, p.185).

Essas duas formas de proteção social, como se pode observar, são restritas a determinadas categorias sociais, deixando de prestar atendimento, muitas vezes às grandes massas.

A terceira modalidade de política social é o Estado de Bem-Estar Social. Essa concepção, segundo Fleury (1986), está relacionada à ideia de cidadania plena, ou seja, a garantia de um padrão mínimo vital a todos os cidadãos no que diz respeito às carências nas diversas dimensões sociais, como saúde, educação, seguro desemprego, dentre outros, que devem ser garantidos pelo Estado.

Dentro da lógica do Estado de Bem-Estar, o Estado assume a administração, bem como o financiamento do sistema, buscando atender as necessidades e promover equidade social, como um direito político e não como beneficência, como inferido por Draibe (1989). O Estado consegue abarcar todas as dimensões da vida social, assumindo responsabilidades distintas e atendendo reivindicações discordantes lidando com conflitos de interesses e tendo de administrá-los. A política social então atua considerando as posições desiguais na estrutura de classes da sociedade e define uma área de atividade e interesses, ressaltando o bem-estar como real objetivo, tomando como referência o conjunto de cidadãos e não apenas uma ou outra parcela. Como se pode observar, trata-se de uma política pública que está acima do Estado e tem o apoio à comunidade como condição.

Nota-se nesse conceito, a existência de uma inter-relação entre o objetivo e alcance do estado de bem-estar e o atendimento adequado das necessidades básicas. Como visto na sessão anterior, as necessidades básicas compõem o hall de carências vinculadas a serviços elementares, que devem ser fornecidos pelo Estado, beneficiando o indivíduo no que diz respeito à sua atuação na sociedade. É possível constatar que o atendimento das necessidades básicas apoia-se nos mesmos pilares referentes à política de bem estar, uma vez identificada como uma modalidade da política social que visa garantir o básico para os indivíduos, atendendo as mais diversas essencialidades, além da renda, a partir da atuação do aparelho estatal.

4. INFRAESTRUTURA SOCIAL DO MUNICÍPIOS BAIANOS

4.1 As Particularidades Econômicas do Território Baiano

Quando comparada ao contexto vivenciado pelos estados das regiões sul e sudeste do Brasil, a economia do estado da Bahia é avistada, de imediato, como historicamente atrasada. Observa-se que ocorreu uma concentração econômica no Brasil que posicionou a Bahia de maneira subsidiária em termos sociais e econômicos. Em verdade, existem diversos fatores que justificam o não acompanhamento dos avanços ocorridos, por parte do estado baiano, que enquadram quesitos naturais, culturais e políticos. Dito isto, o ponto chave a ser tratado é a questão da concentração econômica e desigualdade vivenciadas, em âmbito estadual, dentro da própria Bahia, na medida em que as economias municipais se desenvolveram de maneira intensamente heterogênea, justificando-se pela existência de uma centralização econômica de investimentos e atividades em determinadas subdivisões do estado.

De acordo com Carvalho Junior, Silva e Pessoti (2011), o modelo de desenvolvimento baiano foi o responsável pela construção de uma sociedade acometida por uma acentuada concentração espacial, socioeconômica e setorial da riqueza e do

produto, como também pelos contrastes marcantes no estado. O histórico da economia baiana, de acordo com Bahia (2001), é explicado pelo modelo de desenvolvimento adotado, em esfera nacional: “ao longo dos anos 60 e 70, o Estado Nacional Desenvolvimentista Brasileiro estabeleceu as bases de uma economia excessivamente autárquica e centralizadora que possibilitou montar o arcabouço atual da economia baiana” (BAHIA, 2001, p. 14).

As economias dentro do estado da Bahia apoiaram-se em atividades intensivas na utilização de recursos intrínsecos a cada subdivisão municipal, ou seja, suas vantagens competitivas. Naturais, históricas, culturais ou geográficas, as particularidades relativas aos municípios guiaram suas respectivas economias e também a vida da população. A heterogeneidade nata da distribuição desses recursos e o errôneo incentivo característico do território baiano justificam a intensa desigualdade socioeconômica presente no estado. Sampaio (2007) embasa essa constatação, afirmando que:

Alguns fatores contribuem para a configuração deste cenário, a exemplo da abundância de matérias-primas, localização privilegiada no acesso a mercados dinâmicos, políticas de incentivos governamentais, infraestrutura adequada, características geográficas e ambientais favoráveis, entre outros. A combinação de alguns desses fatores, ou de todos eles, serviu, ao longo da história da humanidade, de força impulsionadora do desenvolvimento em diferentes regiões. (SAMPAIO, 2007, p.655).

Levando em conta a diversidade dos municípios baianos, Carvalho Junior; Silva e Pessoti (2011) afirmam que, tomando por base a dinâmica socioeconômica e as relações espaciais, o estado da Bahia está subdividido em três grandes áreas: o litoral, o oeste e o “miolo”, como é considerado o semiárido. De forma semelhante, Bahia (2001) decompõe o estado baiano em três territórios distintos, considerando os fluxos econômicos existentes: o espaço da indústria e dos serviços; o espaço da agricultura e agroindústria moderna; e o espaço da agricultura tradicional e de subsistência. Diante das repartições supracitadas, torna-se cabível destacar brevemente aspectos das subdivisões baianas, partindo da interseção dos critérios utilizados pelos autores agora mencionados.

Quanto ao litoral da Bahia, mais especificamente a região metropolitana de Salvador, Prado Jr (1986 apud SAMPAIO, 2007) sublinha que a concentração econômica ocorreu ao longo desse recorte geográfico, em virtude da facilidade de acesso a essas regiões via navegação marítima ou fluvial, tendo em vista a precariedade das vias terrestres. Sobre isso, Sampaio acrescenta:

Durante muito tempo, apenas localidades interioranas próximas às zonas litorâneas e que serviam de entreposto comercial para o fluxo de mercadorias entre a costa brasileira e seu interior experimentaram certo grau de desenvolvimento (SAMPAIO, 2007, p.656).

A industrialização, instalada predominantemente no litoral baiano, cooperou para o seu destaque, “adensando a Região Metropolitana de Salvador (RMS)” (BAHIA, 2001, p.13), o que, atualmente, continua trazendo reflexos positivos para a economia

desta região. Aproximadamente 80% das unidades industriais baianas encontram-se na RMS, sendo que “quase a totalidade das unidades produtivas dos setores químico, metalurgia, plásticos e material elétrico (que juntas representam 75% do faturamento da indústria de transformação do estado) está localizada na Macrorregião de Salvador.” (BAHIA, 2001, p. 47-48). Trata-se, de fato, de uma porcentagem significativa que revela a concentração dos investimentos e conseqüente desenvolvimento na Região Metropolitana de Salvador. Vale reconhecer que, além de contar com um plano de fundo relativamente favorável, a região em si recebeu um intenso incentivo frente aos demais municípios, o que pode ser percebido a partir dos efeitos reversos que acometeram os últimos. Identifica-se então, no litoral baiano, predominantemente, o espaço da indústria e dos serviços.

Em se tratando da região oeste da Bahia, o agronegócio é tido como o elemento dinamizador. De acordo com Ilário (2013, p. 117),

Atualmente, o Oeste Baiano ocupa uma posição de destaque no cenário nacional como um dos principais expoentes do agronegócio globalizado, além de apresentar um elevado crescimento demográfico e econômico. Esse dinamismo, diretamente associado à agricultura moderna e especializada, pode ser comprovado pelos dados da produção de *commodities* agrícolas, particularmente nas culturas de soja, milho e algodão herbáceo.

Como se pode observar, o desempenho da atividade agrícola na parte oeste da Bahia justifica-se pelo constante investimento em tecnologia de ponta que é empregada nos métodos utilizados, a exemplo da mecanização da produção de grãos e dos sistemas de irrigação desenvolvidos na região, bem como a gama significativa da produção voltada para as exportações, de modo que: “Essa porção do território brasileiro ganha importância significativa, uma vez que a produção de *commodities* agrícolas tem grande peso nas exportações brasileiras, gerando grandes quantidades de divisas” (ILÁRIO, 2013, p. 118).

Além do pujante agronegócio, o oeste da Bahia conta com um avançado centro comercial e uma estrutura rodoviária de longo alcance que facilita, em peso, a circulação de mercadorias. Ilário (2013) ainda destaca que é nesta região em que estão localizadas as principais sedes de grandes empreendimentos agrícolas, tanto no setor de maquinário como demais incrementos.

Em resumo, a respeito do litoral e oeste baiano, Carvalho Júnior, Silva e Pessoti propõem que:

Os polos dinâmicos da economia baiana estão concentrados nas bordas do território, (litoral, oeste e limites estaduais) [...]. Dentre os mais relevantes, destacam-se: os municípios da Região Metropolitana Salvador (RMS) articulados com Feira de Santana e com os municípios de Alagoinhas, Catu e Pojuca, como centro industrial e econômico do estado, formando a chamada RMS ampliada; o extremo sul, com o turismo em Porto Seguro e adjacências e com os municípios de Eunápolis, Belmonte e Mucuri, cuja atividade relevante é a produção de papel e celulose; o cerrado baiano, onde o cultivo de grãos nos molde do agronegócio globalizado determina o vetor de

crescimento dessa região; a cidade de Juazeiro, importante centro logístico, que agrega valor ao PIB estadual com atividades de fruticultura; Vitória da Conquista, Itabuna e Jequié, como polos de serviços; e Ilhéus e Itabuna, como polos do cacau. (CARVALHO JUNIOR; SILVA; PESSOTI, 2011, p.218).

Em meio às desigualdades da economia baiana, acentua-se uma evidente discrepância no setor primário. Enquanto o oeste da Bahia caracteriza-se por produtores potenciais, que utilizam de técnicas avançadas, em grandes latifúndios, existe uma região do estado na qual predomina a agricultura tradicional, voltada para a subsistência. Trata-se do semiárido baiano, a parte central do estado da Bahia, mencionado anteriormente como “miolo”. A respeito desse espaço, Carvalho Júnior, Silva e Pessoti (2011) que asseveram que:

O “miolo” ou o semiárido, que representa 2/3 do território baiano e onde mora 43% da população do estado, é pobre economicamente — sua base econômica é uma agricultura familiar não capitalizada — e as condições climáticas são adversas para a prática agrícola, necessitando de investimento em capital e externalidades para o seu desenvolvimento. Encontram-se nessa região ilhas de desenvolvimento ou de modernidade e locais com vantagens competitivas naturais — extração de minerais como urânio e minério de ferro; turismo na Chapada Diamantina e algumas áreas com uma agricultura familiar irrigada e cooperada. CARVALHO JÚNIOR; SILVA; PESSOTI, 2011, p.218).

Para Porto (2002, p. 115) “é uma territorialidade que não vem encontrando condições de enfrentar a competitividade da economia internacional e apresenta os mais baixos indicadores sociais em todo o estado”. Como se pode observar, a economia baiana apresenta-se em polos definidos pelas atividades econômicas e dinamização, que determinaram o modo de vida nos municípios. As disparidades econômicas se refletem na garantia de atendimento das necessidades básicas, que apresenta discrepância entre os municípios. Com o objetivo de identificar a intensidade dessa discrepância é que foi construído o Indicador Municipal de Infraestrutura Social, conforme exposto na sessão seguinte.

4.2. Metodologia de análise

Recentemente, no ano de 2010, o *United Nations Development Programme Human Development* (UNDP - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em parceria com o *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI), divulgou o Índice de Pobreza Multidimensional com o objetivo de avaliar, além da renda, outras privações sofridas pelas populações dos diversos países. Deste modo,

The Multidimensional Poverty Index (MPI), published for the first time in the 2010 Report, complements monetary measures of poverty by considering overlapping deprivations suffered by people at the same time. The index identifies deprivations across the same three

dimensions as the HDI and shows the number of people who are multi-dimensionally poor (suffering deprivations in 33% of weighted indicators) and the number of deprivations with which poor households typically contend with. It can be deconstructed by region, ethnicity and other groupings as well as by dimension, making it an apt tool for policymakers (UNDP, 2010).³

As dimensões utilizadas para a mensuração deste índice são: educação, abarcando os indicadores anos de escola e comparecimento escolar; saúde, que tem como indicadores mortalidade infantil e nutrição; e, por fim, a dimensão padrão de vida, da qual fazem parte os indicadores de acesso a eletricidade, água potável, saneamento, pavimentação, combustível para cozinhar e os ativos da família. Vale ressaltar que as dimensões, assim como os indicadores, possuem pesos iguais (OPHI, 2010).

Como supramencionado, a UNDP (2010) ressalta que o índice se concentra em domicílios que apresentam privações múltiplas. A consideração como pobre ou não pobre, em âmbito multidimensional, está vinculada ao número de privações sofridas. Caso seja identificada apenas uma privação, o indivíduo ou domicílio pesquisado não é considerado multidimensionalmente pobre.

De acordo com OPHI (2010), o IPM apresenta tanto a incidência, que consiste na porcentagem de pessoas consideradas como pobres em âmbito multidimensional, quanto a intensidade da pobreza, ou seja, o número médio de privações que as pessoas enfrentam ao mesmo tempo. A partir desses dados, é possível compreender o contexto em questão e comparar os índices referentes a diferentes países, regiões e municípios.

Vale ressaltar, com base em UNDP (2010), que o índice pode ser amoldado a partir da utilização de dados e pesquisas específicos de um determinado espaço, visando a geração de índices de pobreza multidimensional que ilustrem a cultura, a economia, o clima e outros fatores intrínsecos ao contexto considerado.

Respeitando os preceitos do método original, no presente trabalho foi realizada uma adaptação do IPM para encontrar o Indicador Municipal de Infraestrutura Social – IMIS. Tomando por base os resultados decorrentes do cálculo do IMIS, o objetivo será captar a extensão da oferta dos serviços de saúde e educação e avaliar a eficiência do atendimento das necessidades básicas relacionadas a essas dimensões nos municípios baianos. Para tanto, foram consideradas as dimensões mencionadas, cada uma delas abarcando quatro variáveis, como discriminadas no Quadro 1.

Como se pode observar, o indicador em questão é composto por dados municipais não vinculados ao Censo Demográfico que, por sua vez, é realizado em intervalos de dez anos. Pela necessidade de informações de periodicidade anual, lançou-se mão de registros administrativos para a construção do indicador. A escolha por essas dimensões se fundamentou na disponibilidade das variáveis disponibilizadas pelo Ministério da

³ “O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), publicado pela primeira vez no Relatório de 2010, complementa as medidas monetárias da pobreza, considerando privações sofridas por pessoas ao mesmo tempo. O índice identifica privações nas mesmas três dimensões do IDH e mostra o número de pessoas que são multidimensionalmente pobres (privações que sofrem em 33% dos indicadores ponderados) e o número de privações com que as famílias pobres normalmente enfrentam. Ele pode ser decomposto por região, etnia e outros grupos, bem como pela dimensão, tornando-se uma ferramenta válida para os formuladores de políticas”. (TRADUÇÃO NOSSA)

Educação (MEC)⁴, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e pelo Ministério da Saúde, através do DATASUS.

Quadro 1 – Variáveis Componentes do Indicador de Infraestrutura Social e suas Respectivas Fontes.

| DIMENSÃO | VARIÁVEL | FONTE |
|----------|-----------------------------------|----------|
| EDUCAÇÃO | Crianças na escola | INEP/MEC |
| | Jovens na escola | INEP/MEC |
| | Distorção idade série fundamental | INEP/MEC |
| | IDEB 2011 (8ª SÉRIE) | INEP/MEC |
| SAÚDE | Número de leitos hospitalares | DATASUS |
| | Número de médicos | DATASUS |
| | Mortalidade infantil 1990 | DATASUS |
| | Óbitos com causas mal definidas | DATASUS |

Fonte: Elaboração própria

A metodologia de cálculo do IMIS, seguindo a estrutura metodológica proposta para o IPM (UNDP, 2010), estabelece a definição de linhas de corte para cada uma das variáveis que compõe o indicador. Essas linhas se constituem no limite que diferenciam a condição adequada de atendimento da variável da condição de atendimento não satisfatório. Na definição dos cortes, tentou-se se distanciar o máximo de decisões arbitrárias, justificando cada um deles de acordo com estudos, leis e normas referentes às variáveis escolhidas. O resultado de cada dimensão (educação e saúde) é o somatório do atendimento das variáveis que a compõe e o resultado do indicador social é o somatório dos resultados das dimensões. Todas as variáveis se referem ao ano de 2010, exceto as informações sobre o IDEB, para as quais foram utilizados os dados de 2011, em virtude desse indicador ser calculado apenas para intervalos bienais.

4.3 Análise aplicada do Índice Municipal de Infraestrutura Social para os municípios baianos

4.3.1 Educação

A dimensão educação conta com variáveis quantitativas e qualitativas. As quantitativas “crianças na escola” e “jovens na escola” englobam, respectivamente, crianças na faixa etária entre 5 e 14 anos e jovens na faixa de 15 a 19 anos de idade, devidamente matriculados. As variáveis tentam captar se o atendimento educacional é universal, ou seja, se todos os classificados estão na escola, estabelecendo um corte de 100%. Caso a porcentagem encontrada não alcance o total, existe uma situação de privação. Essa interpretação assim ocorre, uma vez que, para os parâmetros do MEC,

⁴ Foram utilizados os microdados do Censo Escolar de 2010 para o cálculo do número de crianças e de adolescentes frequentando a escola.

toda criança e adolescente deveriam frequentar a escola. Além disso, a definição da linha de corte também está relacionada com o texto da Constituição Federal de 1988 (art. 23, inciso V), que estabelece que o acesso ao ensino fundamental é um direito de toda criança e adolescente.

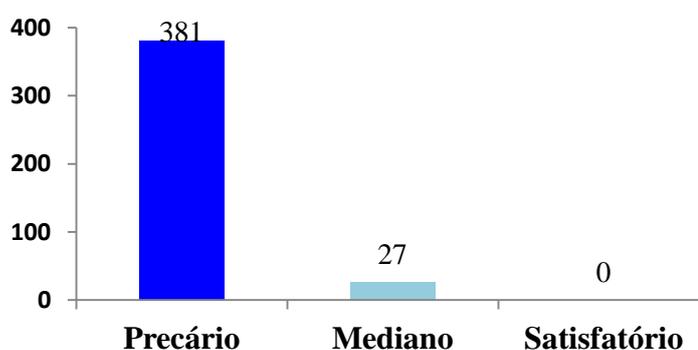
As demais variáveis da dimensão são qualitativas. O quesito “distorção idade série” trabalha com a inadequação entre faixas de idade e séries cursadas, visando identificar possíveis atrasos existentes. Havendo atrasos, há privação. A linha de corte dessa variável foi definida, com base no estudo realizado por Lück e Parente (2007), em 5%. Ou seja, uma distorção idade-série que atinja mais de 5% da população escolar é considerada como atendimento insatisfatório dessa variável.

Por fim, a última variável a compor a dimensão educação é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que também é um índice qualitativo. Segundo o MEC (2013), o IDEB

[...] é formulado para mensurar a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. [...] é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

Os dados do Censo Escolar de 2010 salientam que 381 municípios baianos contam com um atendimento educacional, de modo geral, precário (inferior a 0,33), enquanto 27 oferecem atendimento mediano (entre 0,33 e 0,66). Isso significa que, ao se considerar as quatro variáveis que compõe a dimensão educação, a grande maioria dos municípios não tem atendimento satisfatório em pelo menos duas dessas variáveis. Quanto ao nível satisfatório (superior a 0,66), não houve observações, como demonstrado pelo gráfico 1.

Gráfico 1 - Resultado geral: atendimento educacional nos municípios baianos.



Fonte: Elaboração própria

Nota-se que a totalidade dos municípios apresenta carência em se tratando do atendimento educacional. A conjuntura escolar do estado da Bahia conta com um histórico agastado, por não ser tratada como uma prioridade para o governo. A debilitada situação educacional no estado baiano, de modo geral, pode ser comprovada pela fala de Andrade, Santos e Nascimento (2009, p.1):

Nos últimos anos, apesar dos esforços desenvolvidos pelos governos e sociedade civil, os índices de evasão, repetência e abandono escolar, em especial na Bahia, continuam elevados. A determinação constitucional de garantia do acesso da população à escola pública de qualidade demanda esforços para assegurar infraestrutura, recursos materiais, transporte, merenda e formação em nível superior de professores de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Brasil. No caso da educação de jovens e adultos, é necessária a intervenção efetiva dos governos federais, estaduais e municipais, considerando os índices de analfabetismo em todo território brasileiro [...].

Na tabela 1 constam os resultados inerentes a cada variável analisada da dimensão educação. Dentre elas, destaca-se a informação referente à distorção idade-série. Como se pode visualizar, todos os 417 municípios baianos sofrem privação no que diz respeito ao descompasso existente entre a idade e a série cursada, tanto para jovens quanto para adultos, o que pode ser justificado pela elevada repetência e reprovação, como também pela inserção antecipada de jovens no mercado laboral, levando a grande maioria a desistir dos estudos.

De modo generalizado, as consequências desse problema podem ser retratadas pelo ainda significativo número de analfabetos no estado, bem como pelas deficiências apresentadas pelos devidamente alfabetizados e com segundo grau completo. Além do comprometimento do desempenho profissional, o limitado atendimento implica dificuldades quanto à entrada e a continuidade de grande parte dos baianos – que dependem da educação pública – na educação superior, bem como o avanço no mercado de trabalho.

Tabela 1 – Resultados das Variáveis de Atendimento Educacional nos Municípios Baianos – 2010.

| VARIÁVEL | NÚMERO DE MUNICÍPIOS | |
|-------------------------|----------------------|-------------|
| | Atendem | Não atendem |
| Crianças na escola | 184 | 283 |
| Jovens na escola | 51 | 366 |
| Distorção idade – série | - | 417 |
| IDEB 2011 (8ª série) | 248 | 169 |

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com Andrade, Santos e Nascimento (2009), a desigualdade social e a exclusão são consequências dessa questão,

A ausência ou a deficiência do uso adequado da escrita por parte significativa da população com idade acima de 15 anos é um fenômeno que atua na manutenção da desigualdade social, que tão bem caracteriza a sociedade brasileira, afinal, ler, compreender e escrever são habilidades humanas que definem e estabelecem as relações de poder e a participação/exclusão da sociedade. (ANDRADE; SANTOS; NASCIMENTO, 2009, p.1).

A tabela 2 explana a análise das mesmas variáveis, considerando o contingente populacional dos municípios. As informações apresentadas permitem constatar que existe uma falta de articulação quanto ao atendimento educacional em municípios de maior população. As extremidades revelam que nos pequenos municípios, 88% dos mesmos contam com um atendimento precário e 12% com um atendimento mediano. Já os grandes municípios vivenciam uma privação significativa de serviços educacionais, uma vez que a sua totalidade é atendida de modo precário.

Tabela 2 – Resultados do Atendimento Educacional por Grupos de Municípios. Bahia – 2010.

| GRUPOS DE MUNICÍPIOS | ATENDIMENTO PRECÁRIO | ATENDIMENTO MEDIANO |
|---------------------------------|----------------------|---------------------|
| Até 20.000 habitantes | 219 | 29 |
| De 20.001 a 50.000 habitantes | 119 | 7 |
| De 50.001 a 100.000 habitantes | 27 | 0 |
| De 100.001 a 200.000 habitantes | 11 | 0 |
| Acima de 200.000 habitantes | 5 | 0 |
| TOTAL | 381 | 36 |

Fonte: Elaboração própria.

Esse quadro é resultado de uma deficiente coordenação por parte do estado, em se tratando das políticas educacionais que, como comprovado pelos dados, não vem satisfazendo devidamente os casos de grandes demandas, bem como de menores. O que ocorre, mediante a escassez de recursos destinados ao investimento na área educacional, é o atendimento parcial da população, seja abrindo mão de projetos destinados à educação de adultos, em detrimento de crianças, por exemplo, ou mesmo o comprometimento da qualidade da educação infantil, em benefício de projetos para adultos. A verdade é que, para a eficácia das políticas de âmbito educacional, o papel do estado é garantir recursos para que todos os níveis de demanda sejam atendidos a partir de um serviço qualificado.

O indicador educacional expõe a deficiência da instrução na Bahia, que ocorre de maneira tão disseminada ao ponto de limitar uma avaliação acerca da concentração de

determinados níveis em um aglomerado específico de municípios ou região econômica, visto que 91% do estado encontra-se no mesmo nível de atendimento, como comprova o índice da categoria. Dentre os 36 municípios, cujo atendimento oferecido encontra-se em nível mediano, encontram-se Barra da Estiva, Dom Basílio e Santa Terezinha, municípios de população menor, onde a demanda por esses serviços é relativamente inferior, o que possibilita um acompanhamento mais direto e um atendimento mais eficiente.

4.3.2 Saúde

A dimensão saúde é constituída por informações quantitativas, em sua maioria. As variáveis “número de leitos hospitalares” e “número de médicos” objetivam apontar a infraestrutura na área de saúde do município. O Ministério da Saúde (2001), a partir do documento Parâmetros para Programação das Ações Básicas de Saúde, recomenda uma quantidade mínima de três leitos para cada mil habitantes. Quanto ao número de médicos, ressaltando-se que não está sendo considerada a especialidade dos mesmos, a linha de corte baseia-se na recomendação da OMS – Organização Mundial da Saúde, segundo a qual deve haver pelo menos um médico para cada mil habitantes, sendo que, uma vez que isso não ocorra, se configura uma carência no atendimento.

A variável “mortalidade infantil”, reporta-se aos óbitos de crianças menores de 1 ano de idade e o total de nascidos vivos. O limite de corte dessa variável tomou por base a meta estabelecida no Objetivo de Desenvolvimento do Milênio da ONU, segundo o qual a taxa de mortalidade deveria ser reduzida, entre 1990 e 2015, em dois terços ou 66% (ONU, 2008). Como o trabalho em questão tem como recorte temporal o ano de 2010, foi feito um cálculo proporcional, revelando a porcentagem que deveria ser atingida em 2010, para que a meta fosse alcançada nos cinco anos posteriores. Chegou-se a informação de que, até 2010, a redução na taxa de mortalidade deveria ser de 53%. Os municípios cuja taxa não alcançou essa redução, vivenciam uma situação de inadequação.

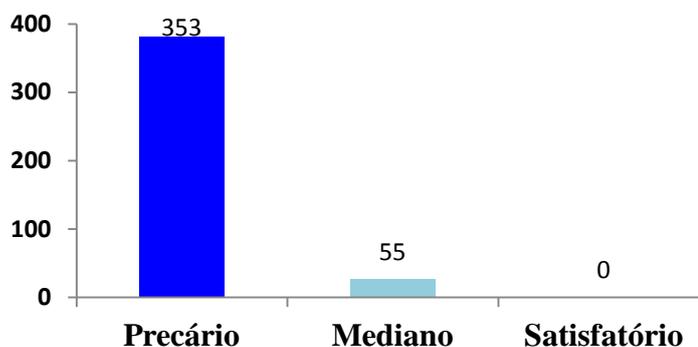
Por fim, tem-se a variável “óbitos com causas mal definidas”, ou seja, a causa do óbito não é devidamente especificada. Essa variável foi incluída na análise porque entende-se que ela é uma *proxy* do acesso a atendimento médico em situações de risco grave de morte. A quase totalidade das estatísticas desse tipo de óbito é de pessoas que não tiveram atendimento médico adequado para diagnosticar a causa do óbito. Estabeleceu-se o percentual acima de 30% dos óbitos gerais do município por causas mal definidas como atendimento não satisfatório nessa variável, seguindo as recomendações de Paes (2007).

A dimensão saúde, assim como a de educação, não apresentou municípios enquadrados no nível de atendimento satisfatório, o que significa um alerta. 353 municípios apresentam atendimento de saúde precário e 55 atendimento mediano, o que está ilustrado no gráfico 6.

A saúde pública do estado da Bahia vivencia, historicamente, um quadro bastante complexo. Conforme informações do DATASUS (2014) referentes ao ano de 2010, aproximadamente 90% da população baiana depende dos serviços oferecidos pelo SUS

– Sistema Único de Saúde. A partir da Constituição de 1988, a legislação estabeleceu a universalização do serviço de saúde pública. No entanto, trata-se de uma demanda em constante aumento, de modo que os recursos disponíveis para este fim tornam-se cada vez mais limitados para investimento em melhorias, o que acaba comprometendo as condições às quais os pacientes baianos são submetidos.

Gráfico 2 - Resultado geral: atendimento de saúde nos municípios baianos.



Fonte: Elaboração própria.

Uma análise mais apurada acerca das variáveis que compõem a dimensão saúde permite o levantamento de algumas informações específicas relativas a essa discussão. A tabela 2 demonstra os resultados encontrados para cada variável pertencente à dimensão saúde no cálculo do Índice de Infraestrutura Social dos municípios baianos. Como supramencionado, faz-se necessário destacar que as informações constantes nesse estudo baseiam-se em registros administrativos.

Os resultados correspondentes à quantidade de municípios que atendem a necessidade quanto ao número de leitos hospitalares por habitantes, numa proporção de 3 para 1000, são alarmantes. A escassez de leitos evidencia-se através das circunstâncias nas quais se encontram os corredores de hospitais: repletos de usuários que não desfrutam de um atendimento apropriado, por parte do sistema público.

Por outro lado, os avanços quanto à mortalidade infantil também constaram na análise. Apenas 54 municípios não alcançaram a meta previamente definida e adaptada para o ano de 2010, o que, em uma totalidade de 417 municípios é bastante significativo. Esse avanço se justifica por ações efetivas por parte de diversas instituições (governo, Organizações não governamentais, sociedade civil, etc.) no que diz respeito ao combate à desnutrição, a atuação dos agentes de saúde, incentivo à amamentação e uso do soro caseiro, dentre outras ações.

Os resultados baseados nos grupos de municípios relativos à dimensão saúde, apresentados na tabela 5, coincidem com as informações de educação. Observa-se que todos os municípios baianos com população superior a 50.000 habitantes, em ambas as dimensões, oferecem atendimento precário à população. Essa deferência associa-se à falta de planejamento e investimento, diante do crescimento populacional observado no estado. Além da capital Salvador, grandes cidades baianas, como Feira de Santana e

Vitória da Conquista, fazem parte do grupo de municípios nos quais os indicadores de saúde são considerados inadequados.

Tabela 2 – Resultados das Variáveis de Atendimento de Saúde nos Municípios Baianos – 2010.

| VARIÁVEL | NÚMERO DE MUNICÍPIOS | |
|---------------------------------|----------------------|-------------|
| | Atendem | Não atendem |
| Número de leitos hospitalares | 74 | 343 |
| Número de médicos | 382 | 35 |
| Mortalidade infantil 1990 | 363 | 54 |
| Óbitos com causas mal definidas | - | 417 |

Fonte: Elaboração própria.

Assim como a dimensão anterior, a carência no atendimento é tão acentuada no estado, que dificulta a interpretação acerca de uma concentração e maior incidência em partes específicas do estado.

Tabela 3 – Resultados do Atendimento de Saúde por Grupos de Municípios. Bahia – 2010.

| GRUPOS DE MUNICÍPIOS | ATENDIMENTO PRECÁRIO | ATENDIMENTO MEDIANO |
|---------------------------------|----------------------|---------------------|
| Até 20.000 habitantes | 184 | 64 |
| De 20.001 a 50.000 habitantes | 126 | 0 |
| De 50.001 a 100.000 habitantes | 27 | 0 |
| De 100.001 a 200.000 habitantes | 11 | 0 |
| Acima de 200.000 habitantes | 5 | 0 |
| TOTAL | 353 | 64 |

Fonte: Elaboração própria.

4.3.3 Indicador de Infraestrutura Social

Ao longo da observação realizada a partir dos indicadores desenvolvidos com base nos dados do INEP e do DATASUS, é notória a prevalência de um contraste entre a realidade dos pequenos municípios baianos e as grandes cidades, como compartilhado por Campos (2014). A partir da soma dos indicadores apresentados, obtêm-se o Indicador Municipal de Infraestrutura Social, que permitirá interpretar, de maneira amplificada, a situação do estado baiano no que diz respeito a essas dimensões. A tabela 6 é composta pelos resultados encontrados para essa classificação.

Considerando o todo das variáveis, em 139 municípios as condições de atendimento de saúde e educação são precárias; 269 municípios oferecem atendimento mediano para a sua população e, apenas 9 municípios detêm condições de atendimento satisfatórias à disposição dos seus habitantes, dentre os quais se enquadram: Aramari, Caraíbas, Cardeal da Silva, Chorrochó, Contendas do Sincorá, Cristópolis, Dário Meira, Érico Cardoso e Santa Luzia.

Nota-se que a terceira categoria, referente à situação de atendimento satisfatória, apenas aparece no cálculo do índice geral, uma vez que nenhuma das dimensões alcança esse nível de atendimento, isoladamente. Essa análise permite asseverar que o resultado da dimensão educação nos municípios que preenchem esse grupo, foi contrabalançado pelos números referentes à dimensão saúde, ou o contrário, permitindo um resultado razoável quanto ao atendimento das necessidades básicas em questão, pela ótica geral.

Os municípios pertencentes a esse recorte são pequenos, detentores de contingentes populacionais inferiores a 20.000 habitantes, informação presente na tabela 6. Esse resultado justifica-se pela estrutura do município que, unida ao contingente populacional, não requer uma oferta extensa dos serviços, tanto educacionais como de saúde, para satisfazer as demandas comedidas da sua respectiva população. Esses municípios se encontram dispersos no estado, não apresentando uma tendência de concentração espacial.

Tabela 4 – Resultados do Indicador de Infraestrutura Social por Grupos de Municípios. Bahia – 2010.

| GRUPOS DE MUNICÍPIOS | ATEND. PRECÁRIO | ATEND. MEDIANO | ATEND. SATISFATÓRIO |
|---------------------------------|-----------------|----------------|---------------------|
| Até 20.000 habitantes | 61 | 178 | 9 |
| De 20.001 a 50.000 habitantes | 51 | 75 | - |
| De 50.001 a 100.000 habitantes | 15 | 12 | - |
| De 100.001 a 200.000 habitantes | 7 | 4 | - |
| Acima de 200.000 habitantes | 5 | - | - |
| TOTAL | 139 | 269 | 9 |

Fonte: Elaboração própria.

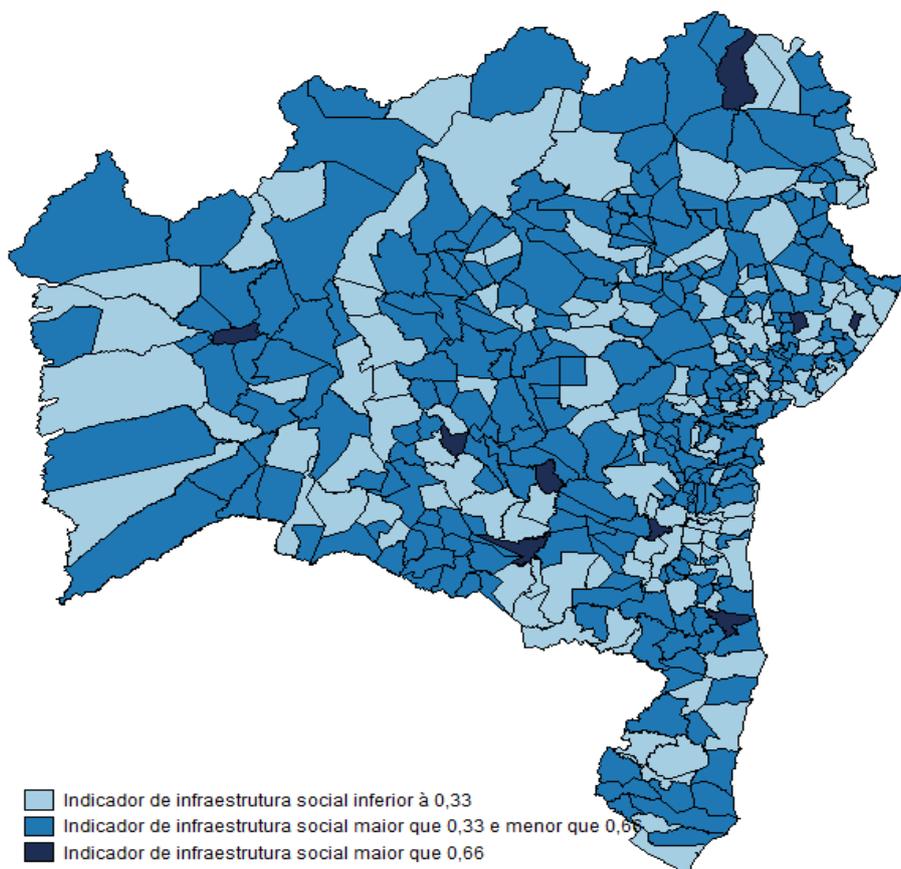
Como foi brevemente exposto, os níveis de concentração nos municípios baianos, tomando por base as atividades econômicas e colocando em destaque a região litorânea e o oeste do estado, enquanto o semiárido compõe a região que produz menor valor agregado para a economia do estado. Como o mapa 1 comprova, essa concentração não ocorre em se tratando dos níveis de atendimento das necessidades básicas, ao se considerar os quesitos educação e saúde.

As cinco maiores cidades da Bahia, em âmbito populacional, Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna e Camaçari, apresentaram em totalidade, o nível de atendimento precário, segundo o índice geral, como também ocorreu na análise das

dimensões, separadamente. Por se configurarem como grandes centros, detentores de uma economia dinâmica, caracterizada por melhores oportunidades, esses municípios, automaticamente, atraem uma gama populacional significativa que, no entanto, não é devidamente atendida pelos serviços sociais. Isso acontece na medida em que a cidade absorve um grande número de habitantes que, naturalmente elevam a demanda por serviços públicos de saúde e educacionais, os quais se tornam insuficientes, por ter uma oferta limitada e incompatível com o crescimento constante da população. O não acompanhamento desse crescimento, por parte da infraestrutura social, torna significativamente precário o atendimento oferecido.

Em síntese, a partir dos dados utilizados e posteriores constatações, é seguro asseverar que o atendimento no que diz respeito às condições de educação e às condições de saúde, considerando as variáveis incluídas no Indicador Social de Infraestrutura Municipal, é precário, em sua grande maioria. A população baiana, de fato, não conta com o atendimento das suas necessidades básicas, nas duas esferas estudadas. Além disso, foi possível constatar que os municípios maiores vivenciam de forma ainda mais acentuada tais carências, o que pode ser comprovado pelos resultados insatisfatórios dos seus indicadores.

Mapa 1 - Indicador Municipal de Infraestrutura Social – Bahia – 2010.



Fonte: Elaboração própria

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao estudo desenvolvido ao longo deste trabalho, é possível inferir acerca da importância da ótica multidimensional para a observação da pobreza. Como se pôde observar, para analisar as condições de vida de um indivíduo, apenas a consideração da renda é insuficiente e errônea, uma vez que as necessidades básicas sobrepõem o aspecto monetário, além do que, a renda transferida diretamente, como apoio social, não cobre em sua totalidade, todos os serviços essenciais para o desenvolvimento do ser humano.

O cenário socioeconômico brasileiro é marcado pela desigualdade regional ou mesmo entre as unidades da federação. Essa disparidade existente acaba comprometendo a qualidade de vida da população, no que diz respeito às carências multivariadas, de modo que se torna cada vez mais necessária a intervenção governamental. Neste contexto, a redução da pobreza surge como um dos principais objetivos em se tratando de desenvolvimento econômico e, normalmente, é conduzido por políticas de crescimento econômico e de distribuição de renda.

Os questionamentos à Teoria Utilitarista, baseada estritamente na renda, trouxeram tamanha contribuição ao estudo da pobreza, ao incluir em suas considerações, a efetividade do atendimento às necessidades básicas, ou a ausência dele, e os desdobramentos dessa questão para a vida do indivíduo. Como se sabe, em teoria, cabe ao Estado fornecer tais serviços à população, de maneira eficiente e gratuita. Conforme a ABN, o não atendimento dessas necessidades implicaria danos ao desenvolvimento do indivíduo e o comprometimento do seu papel em sociedade, configurando uma situação de pobreza.

A economia baiana, bem como o seu contexto social está vinculada, inicialmente, aos aspectos intrínsecos ao estado, fatores físicos, vantagens competitivas, questões políticas, bem como a aptidão para determinadas atividades. A maneira em que a economia baiana se desenvolveu ao longo dos séculos, colocou-lhe em uma posição subsidiária em relação aos estados que ocupam as regiões sul e sudeste do Brasil, implicou um desenvolvimento limitado e uma economia, inicialmente, pouco diversificada e resistente à atividade industrial. Como foi possível observar a partir de uma breve análise do PIB baiano, a última década apresentou resultados econômicos limitados quanto à diversificação econômica, apesar de positivos. A atividade industrial no estado foi efetivamente durante a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, o que não ocorreu posteriormente em proporção semelhante.

Nota-se que a concentração econômica não ocorre apenas em âmbito nacional, mas também em âmbito estadual. Existe uma acentuada concentração econômica no estado baiano, que permite a divisão de sub-regiões econômicas, são elas: o litoral, o oeste e o semiárido baiano. Entretanto, essa concentração não ocorre em termos sociais, uma vez que todo o estado da Bahia apresenta deficiências pujantes, em termos de saúde, educação, moradia, dentre outros aspectos. As falhas no atendimento evidenciam-se a partir da análise quali – quantitativa, com base nos dados do DATASUS e INEP/MEC.

Considerando as variáveis relativas à educação e saúde, de modo isolado, foi possível constatar que existe um atendimento deficiente em todos os municípios do estado da Bahia, no entanto, a incidência é maior nos municípios de maior população, tendo em vista a sua estrutura limitada e incompatível com grande contingente populacional que recebe constantemente, por se caracterizar como uma economia dinamizada frente às cidades do interior.

As variáveis de cunho educacional revelaram que para muitos baianos, o curso educacional encontra-se em segundo plano, seja pelas necessidades particulares dentre as quais se enquadram a necessidade precoce de adentrar ao mercado de trabalho, seja pela qualidade da educação oferecida, que limita o avanço dos alunos dentro da própria escola e, posteriormente, no nível superior de educação. Quanto às variáveis de saúde, tem-se a comprovação da realidade extremamente precária do estado, divulgada diariamente através dos meios de comunicação. A saúde pública brasileira se revela como uma polêmica, o estado da Bahia vivencia a níveis altíssimos essa circunstância.

Analisando o índice com base na soma dos resultados auferidos para cada dimensão, constatou-se que os pequenos municípios que alcançaram o nível de atendimento satisfatório, conseguiram por conta de uma compensação, uma vez que, analisados separadamente, nenhum município alcançou resultados satisfatórios. Entretanto, de modo geral, os resultados de alguns municípios de população inferior a 20.000 habitantes preencheram a condição de atendimento mediano, o que pode ser explicado pela menor exigência de oferta desses serviços, a partir de uma demanda menor e menos exigente, em termos generalizados.

Sinteticamente, os serviços de saúde e educação públicos não estão sendo devidamente oferecidos no estado da Bahia, no que diz respeito tanto ao acesso ao atendimento, como a sua qualidade, analisada a partir do IDEB, o que configura uma carência contínua para a grande maioria dos baianos que dependem estritamente da atividade exercida pelo estado.

Diante disso, faz-se necessário o desenvolvimento de estratégias melhor definidas que sejam colocadas em prática a partir da atuação de políticas sociais que forneçam à sociedade a satisfação das necessidades básicas e permitam um melhor desenvolvimento individual, colaborando para o crescimento do estado de modo pleno, ou seja, tanto em âmbito social, quanto econômico e monetário. Tal constatação enseja, por si só, o desenvolvimento de trabalhos futuros acerca dessa temática, de modo a diagnosticar, assim como foi feito ao longo deste trabalho, as condições socioeconômicas dos demais estados e regiões brasileiras.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOFORADO, F. **Os Condicionantes do Desenvolvimento do Estado da Bahia.** Tese (doutorado). Barcelona: Universidade de Barcelona, 2003.

ALMEIDA, R. **Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio.** RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano XI, Nº 19, Salvador, Jan. 2009.

ANDRADE. M. A. B. de; SANTOS. M. C.; NASCIMENTO. R. S. do. Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado na Educação de Jovens e Adultos: m relato das experiências do Programa Todos pela alfabetização (TOPA) no estado da Bahia. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 24., 2009, Espírito Santo. **Anais...** Espírito Santo: UFES, 2009. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/208.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2014.

BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P.. *Poverty Distribution among the Brazilian States: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Trabalhos Apresentados...** Salvador: ANPEC, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A142.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento Estratégico. **Quatro cantos da Bahia**. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2001.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Editora Cortez. 7^o edição, 2010, v.1, 213p.

BRASIL. **Lei 8.742**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasil, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988.

CAMPOS, K. O.. **Pobreza nos pequenos municípios baianos sob a perspectiva multidimensional**. 2014. 78f. Monografia (Graduação). Vitória da Conquista: UESB, 2014.

CARVALHO JUNIOR, C. V.; SILVA, D. V. da; PESSOTI, G. C.. Análise da Evolução da Economia Baiana entre 1975 e 2010 sob Novo Enfoque de Contas Regionais. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, p. 215-234, 2011.

CORRÊA, A. A exclusão da população de baixa renda dos sistemas de trocas comerciais: uma análise histórica sob a perspectiva do marketing 2011, 91f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração de empresas, Pontifícia Universidade Católica - PUC, Rio de Janeiro, 2011.

DATASUS. **Indicadores de cobertura**. 2014. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?idb2012/f16.def>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

DOYAL, L.; GOUGH, I. *A Theory of Human Need*. Hampshire: Macmillan Press, 1991. cap. 1-3.

DRAIBE, S. M. O “Welfare State” no Brasil: características e perspectivas. In: ANPOCS. **Ciências Sociais Hoje**, 1989. São Paulo: Vértice e ANPOCS, 1989, p. 13-61.

FLEURY, S. Política Social e Democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. **Revista de Saúde Pública / Journal of Public Health**, v. 1, n.4, p. 400-417, 1986.

FLEURY, S. Seguridade Social um Novo Patamar Civilizatório. In: DANTAS, B.; CRURÊN E.; SANTOS, F.; LAGO, G. P. de L. (Org.). **A Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois - Os cidadãos na carta cidadã**. 1ªed.Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008, v. V, p. 178-212.

FURTADO, C.. **Formação econômica do Brasil**, 32 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

ILARIO, C. G.. **A região agrícola competitiva do Oeste Baiano**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, n. 1, 2013.

SILVA, A.M.R.; LACERDA, F. C. C.; NEDER, H.D. Evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, p. 509-527, 2011.

LACERDA, F. C. C.. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações**. 2009, 212 f. Dissertação (Mestrado em Economia) –Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

_____. Aspectos multidimensionais da pobreza rural na Bahia: análise comparativa - 2001/2006/2009. **Revista Desenhahia**, v. 8, p. 163-191, 2011.

LACERDA, F. C. C. et al. **A pobreza na região Nordeste do Brasil: uma análise multidimensional com base nos microdados da PNAD (2003 e 2012)**. In: ALCADECA, 5. , Lima, 2014. **Anais...** Lima: PUCP, 2014. 1 CD-ROM.

LACERDA, F. C. C.; ARAUJO, K. F.; CAMPOS, K. O.. **Análise da Situação Socioeconômica dos Estados Nordestinos com Base nos Microdados da PNAD (2003,2007 e 2011)**. In: XII SEMANA DE ECONOMIA DA UESB, 2013, Vitória da Conquista. **Anais...** Vitória da Conquista/Ba: UESB, 2013. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2013/?pagina=anais>. Acesso em: 20 out. 2014.

LACERDA, F. C. C.; NEDER, H. D.. Pobreza Multidimensional na Bahia: uma análise fundamentada no indicador multidimensional de pobreza. **Revista Desenhahia**, Salvador, v. 7, p. 33-70, 2010.

LACERDA, F. C. C.; PESSOTI, G. C.; JESUS, J. A. de. Transformações estruturais, (des)concentração espacial e inserção internacional: uma análise para a economia baiana com base na teoria da base produtiva. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 10., 2014, Salvador. **Anais eletrônicos**. p. 1-27.

LÜCK, H.; PARENTE, M. **A aceleração da aprendizagem para corrigir o fluxo escolar: o caso do Paraná.** IPEA. Brasília, ago/2007 (Texto para discussão n 1274).

LYRA, H. J. B.. **Ocupação de mão de obra na Bahia na segunda metade do século XIX.** In: Simpósio Nacional de História - ANPUH, 22., 2003, João Pessoa. **Anais eletrônicos.** p. 9 -16. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/ANPUH.S22.R.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre População.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

MARIANI, Clemente. **Análise do Problema Econômico Baiano.** RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano XI Nº 20 Julho de 2009 Salvador, BA.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).** 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=421&id=180&option=com_content&view=article>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Parâmetros para a Programação das Ações Básicas de Saúde.** Brasília, 2001. Disponível em: <<http://extranet.saude.prefeitura.sp.gov.br/biblioteca/cursos/ceinfo-cefor/indicadores-de-oferta-e-desempenho-nos-servicos-de-saude/Parametros%20MS%202001.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

OPHI. Policy: A Multidimensional Approach.2010. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/policy/multidimensional-poverty-index/>>. Acesso em: 8 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Official List of Millennium Development Goals Indicators. 2008. Disponível em: <<http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Host.aspx?Content=Indicators/OfficialList.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

PAES, N. A. Qualidade das Estatísticas de Óbitos por Causas Desconhecidas dos Estados Brasileiros. **Revista de Saúde Pública,** São Paulo, v. 41, n. 3, p. 436-445, 2007.

_____. Superar a pobreza ou reverter o empobrecimento? Uma revisão das raízes da pobreza na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. **Pobreza e Desigualdades Sociais.** Salvador: SEI, 2003. p. 235-248. (Série Estudos e Pesquisas, v. 63). Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/publi_ba_sep.php>. Acesso em: 15 nov. 2015

PEREIRA, P.. **Necessidades Humanas:** Subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Política Social:** temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PESSOTI, G. C.; SAMPAIO, M. G. V.. Século XXI e Atração de Investimentos Industriais na Bahia: uma tentativa de interiorização e diversificação industrial. **Revista Desenhahia**, v. 10, p. 55-72, 2009.

_____. Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais. **Conjuntura & Planejamento**, v. 2, p. 36-49, 2009.

PESSOTI, B. C.; PESSOTI, G. C.. A Economia Baiana e o Desenvolvimento Industrial: uma análise do período 1978-2010. **RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 13, p. 28-45, 2010.

PESSOTI, G. C.; SILVA, D. V. da. Análise dos Ciclos Econômicos da Bahia entre 1975 e 2010. **Revista Desenhahia**, Salvador, v. 8, n. 15, p. 7-36. Set. 2011.

PINHEIRO, I. de O.. **A política na Bahia: Atraso e Personalismos**. Ideação, Feira de Santana, n. 4, p. 49-78, jul./dez. 1999.

POLANYI, K.. **A grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 2012. 360 p.

PORTO, E.. Desenvolvimento Regional na Bahia. In: AVENA, Armando (Org.). **Bahia Século XXI**. Salvador: SEPLANTEC, 2002, p. 97-128. Disponível em: < http://www.seplan.ba.gov.br/pub_livro5.htm >. Acesso em: 26 de nov. de 2015.

RICARDO, D.. **Princípios de Economia Política e Tributacao**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

ROCHA, S.. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Linhas de Pobreza 1985-2013*. 2014. Disponível em: < http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915 >. Acesso em: 24 abr. 2014.

SAMPAIO, M. G. V.. Considerações sobre a concentração econômica na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v. 16, n. 4, jan./mar. 2007 p. 655-663.

SEN, A.K. Development as Capability Expansion, In: GRIFFIN, K. and KNIGHT, J. **Human Development and the International Development Strategy for de 1990s**. London: MacMillan, 1990.

SILVA, A.M.. **Um Estudo sobre a Pobreza Multidimensional na Região Nordeste do Brasil**. 2009, 193 f. Dissertação (Mestrado em Economia) –Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SPINOLA, N. D.. A Economia Baiana: Os condicionantes da dependência. **RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano VI, nº 10, Salvador, Julho de 2004.

STATA: Statistics/Data Analysis. Version 10.0. Texas,USA: StataCorp LP, 2009. Windows.

STEWART, F.. Basic Needs Strategies, Human Rights and the Right to Development. **Human Rights Quartely**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 347-374, Aug. 1989.

_____. Basic Needs, Capabilities and Human Development. **Greek Economic Review**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 83-96, dec. 1995.

TITMUSS, R. **What is Social Policy?** In: Social Policy: an introduction. Pantheon Books, 1974. 141-147.

UNDP. Multidimensional Poverty Index (MPI). 2010. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/multidimensional-poverty-index-mpi>>. Acesso em: 7 nov. 2014.